

APONTAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS SOBRE A RURALIDADE

THEORETICAL-METODOLOGICAL NOTES ON RURALITY

Flamarion Dutra Alves

flamarion.dutra@unifal-mg.edu.br

Universidade Federal de Alfenas

Alfenas – Minas Gerais - Brasil

Submetido em 08 de dezembro de 2020

Aceito em 09 de março de 2021

Resumo

Esse artigo tem como propósito discutir uma abordagem da ruralidade, a partir da relação campo-cidade, e suas configurações no território, trazendo para o debate elementos da ruralidade tanto na paisagem como no território, além de discorrer sobre os aspectos da ruralidade na concepção cultural, econômica, política e ambiental, indicando caminhos metodológicos na tentativa de espacializar esse fenômeno. Faz-se uma discussão do conceito de ruralidade e das concepções sobre o tema, bem como uma breve explanação sobre a formação espacial das cidades no Brasil. Discute-se as dimensões da ruralidade política, econômica, cultural e ambientalmente, destacando o caráter material e imaterial do rural. Destaca-se a importância da manutenção e fortalecimento da agricultura familiar para o desenvolvimento e reprodução da ruralidade.

Palavras-chave: Relação campo-cidade; Cultura; Espaço Rural; Agricultura Familiar; Geografia Rural.

Abstract

O This article aims to discuss an approach to rurality, based on the field-city relationship, and its configurations in the territory, bringing to the debate elements of rurality both in the landscape and in the territory, in addition to discussing aspects of rurality in the cultural conception, economic, political and environmental, indicating methodological paths in an attempt to

spatialize this phenomenon. There is a discussion of the concept of rurality and the conceptions on the theme, as well as a brief explanation about the spatial formation of cities in Brazil. The dimensions of political, economic, cultural and environmental rurality are discussed, highlighting the material and immaterial character of the rural. The importance of maintaining and strengthening family agriculture for the development and reproduction of rurality is highlighted.

Keywords: Field-city relationship. Culture. Rural space. Family farming. Rural Geography.

Introdução

Nos estudos de geografia rural, a questão da ruralidade, coloca-se em discussão, tendo em vista que os dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), estimam uma população rural em torno dos 15,6% do total da população brasileira em 2017, ou seja, como dar relevo a atores e territórios que a cada contagem da população vão diminuindo? Ou então, como evidenciar que a ruralidade apresenta uma expressão acima dessa porcentagem? E continuar a discussão de que o Brasil é menos urbano do que se calcula? E apontar para territórios marcados pela ruralidade, com dinâmicas próprias e distantes da metropolização do espaço.

Com base nisso, esse artigo tem como propósito discutir uma abordagem da ruralidade, a partir da relação campo-cidade, e suas configurações no território, trazendo para o debate elementos da ruralidade tanto na paisagem como no território, além de discorrer sobre os aspectos da ruralidade na concepção cultural, econômica, política e ambiental, indicando caminhos metodológicos na tentativa de espacializar esse fenômeno. Parte-se do pressuposto que a ruralidade é material e imaterial, e por isso ultrapassa os limites impostos no perímetro urbano, que delimitam administrativamente o que é cidade e campo, e envolve ações e vivências que se expressam no cotidiano da sociedade (ALVES, 2019).

Devido à dimensão do território brasileiro, seria pretencioso uma metodologia que fosse capaz de dimensionar toda pluralidade dessa diferenciação espacial, entretanto, discutiremos alguns pontos que acreditamos ser importantes para compreensão da ruralidade, e defendendo a hipótese de que a ruralidade deve ser estudada de forma multidimensional. Consideramos também, nossa realidade de pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Estudos Regionais e

Socioespaciais (GERES) da Universidade Federal de Alfenas –MG, com base nas pequenas e médias cidades do sul de Minas Gerais. Essa realidade regional, nos faz (re) pensar a questão da ruralidade e da importância de estudar suas características, atores, problemas e soluções. Sendo assim, o texto está dividido na definição e pressupostos da ruralidade, em seguida a discussão da ruralidade em vários temas que podem ser explorados na questão da espacialidade da ruralidade.

Definições e pressupostos teóricos da ruralidade

Ao discutir as relações das cidades e da organização do espaço rural, é importante retornar à formação territorial no Brasil e a constituição das cidades brasileiras. Falar de ruralidade é falar da compreensão de cidades, ou seja, como foram sendo criadas cidades e como estão organizadas.

Deffontaines (1944a , 1944b) em seus estudos ressalta a dificuldade de se viver em sociedade e comunidade no Brasil, afirmando que o Brasil era um “país hostil ao grupamento” (1944a, p.143), pois seu caráter exploratório por parte dos portugueses e seu sistema segregador com a escravização, criou núcleos dispersos e pouco integrados, social, político e economicamente.

O autor ainda diz que “a cidade nasceu antes de uma necessidade de vida social” (DEFFONTAINES, 1944b, p.299), ou seja, as primeiras cidades nasceram da necessidade e dinâmica socioeconômica do campo sem preocupações com o “urbano”, as cidades eram pousos para os tropeiros, cresceram em torno dos currais, reduções e das praças com igrejas e casarões da elite agrária, que ficavam vazias durante a semana e ocupadas pelas famílias nos finais de semana.

Ruy Moreira (2005, p.12) acerca da formação espacial brasileira diz que “O ciclo da cana institui a sociedade agrária no Brasil [...] o caráter agrário e mercantil substanciará o conteúdo social da formação espacial brasileira desde o começo”. E nesse sentido, as cidades ao longo do século XX vão criando forma sem a urbanidade esperada, ou seja, cidades segregadas, sem ou com poucos espaços públicos de lazer, infraestrutura deficitária, desigualdade socioespacial e ambiental.

O termo Ruralidade tem despontado desde o final da década de 1990, como uma acepção dos traços presentes na vida/mundo rural na sociedade contemporânea e presente nas cidades.

Essa definição não pode vir em oposição e num sentido dicotômico da urbanidade, pois são concepções que se movimentam em posições sincrônicas ou anacrônicas as vezes, mas sua presença tende a coexistir com a diversidade e os modelos urbanos, ou seja, um não exclui o outro (ALVES, 2017).

Após as análises feitas por Veiga (2004a), onde 80% dos municípios brasileiros e 30% da população total seria rural, a discussão sobre o tema da ruralidade ganhou força no debate científico após essa publicação. Deixou claro sua posição quanto a contradição existente entre o campo e cidade, suas dependências e inter-relações, e não reforçando o discurso da dicotomia entre os dois espaços.

Em outro trabalho, Veiga (2004b) discute em seu texto uma hipótese da urbanização completa proposta por Henri Lefebvre (2002) e do renascimento do rural por Bernard Kayser (1990). Na primeira, Lefebvre vê a urbanização como um processo sem volta e tende a dominar a produção dos espaços e a sociedade urbana ficando em um primeiro plano. Na segunda hipótese, Kayser destaca uma tendência na volta das populações para o campo, o êxodo rural que se acentuou no pós 1950, estaria regredindo e o futuro seria uma reconstituição dos espaços e sociedades rurais-agrícolas.

Tanto na primeira como na segunda hipótese, os fatos e a realidade socioespacial não seguiram esses propósitos, não houve uma anulação de nenhuma das partes. O que Veiga (2004b) destaca, tendo como pano de fundo a Europa e América do Norte, é que as duas hipóteses estavam equivocadas, e no contexto atual a ruralidade tem vários destinos, mas sua presença é real e deve ser observada em várias nuances.

O trabalho de Abramovay (2000) tenta medir a ruralidade trazendo algumas características desse processo, elencando três relações, com a natureza, dispersão populacional e relação com as cidades. Com relação a natureza Abramovay (2000) diz que:

A ruralidade supõe, em última análise, o contato muito mais imediato dos habitantes locais com o meio natural do que nos centros urbanos [...] a relação com a natureza emerge não só como um valor ético ou afetivo, mas também como a mais promissora fonte de geração de renda rural (ABRAMOVAY, 2000, p.7).

Nesse aspecto, a ruralidade tem uma relação direta com a natureza e seus processos, seja na forma de preservação ou na produção. Independente disso, a natureza é marca do seu espaço vivido, de suas experiências, valores e sentimentos. A ruralidade reporta as questões econômicas, sendo o fruto de seu sustento, manutenção e reprodução social, conforme aponta Kageyama (2008, p.37):

As características específicas do rural enquanto espaço são a menor densidade populacional, a relação com a natureza e a relação com as cidades. A relação com a natureza não se dá apenas pela produção agrícola, mas principalmente por “valores naturais” (paisagem, recreação, meio ambiente), de forma que a noção de ruralidade incorpora o meio natural como um valor a ser preservado e não como um obstáculo a ser removido pelo progresso agrícola (KAGEYAMA, 2008, p.37).

Essas características apontadas da ruralidade podem ser pesquisadas pelo geógrafo a partir da espacialidade desses fenômenos, como os processos de diferenciação e interações espaciais são produzidos em determinado lugar, analisando a importância das práticas rurais na sociedade. Outro ponto importante de destacar, é que a ruralidade vai se reproduzindo além da materialidade, ou seja, de sua espacialidade física ela incorpora os elementos imateriais na paisagem, simbólicos e de vivências dos sujeitos que fazem da ruralidade um modo de vida a ser apreendido.

A ruralidade para ser compreendida espacialmente deve ser analisada em suas dimensões político, econômico, ambiental e cultural, para podermos interpretar quais a importância da dinâmica da ruralidade na produção do espaço (figura 1).

Figura 1: Espacialidade da ruralidade e suas dimensões de análise.



A análise das dimensões da espacialidade da ruralidade deve ser apreendida de forma integrada, inter-relacionando os elementos desse processo, ao mesmo tempo tentando entender numa dimensão temporal, ou seja, como a ruralidade está presente na dimensão econômica ao longo da formação de um determinado lugar, quais as marcas e expressões de uma dimensão política na paisagem, ou ainda, quais os reflexos e dependência da dimensão ambiental da ruralidade na cidade pequena e ainda, a importância da dimensão cultural na dinâmica demográfica do lugar.

A proposta apresentada na figura 1, reproduz alguns temas e caminhos a serem explorados na geografia rural acerca da ruralidade, na tentativa de explorar o assunto além dos dados oficiais do IBGE e apresentar as diferentes dinâmicas socioespaciais no contexto rural brasileiro.

Convém salientar a importância do uso de técnicas de pesquisa e métodos que proporcionem a realidade dos lugares e os objetivos a serem atingidos. O emprego da pesquisa quali-quantitativa tem se apresentado de forma eficientes nos estudos de geografia rural, a aliança entre os dados estatísticos oficiais e pesquisas in loco que valorizem as experiências e os fenômenos a partir dos sujeitos, tem se mostrada uma ferramenta explicativa dos contextos socioespaciais.

Cada dimensão mereceria um texto mais aprofundado para discutirmos suas interferências da dinâmica socioespacial da ruralidade. A seguir daremos ênfase para análise das dimensões político, econômico e culturais, mas entendendo que as discussões desses temas permeiam a questão ambiental, tão cara a produção da ruralidade.

Ruralidade e a dimensão política

No Brasil, a definição do IBGE concerne as prefeituras municipais o comprometimento para delimitar as áreas do espaço urbano e rural, de acordo com as particularidades locais e regionais. Há o entendimento, que o espaço urbano é aquele dotado de infraestrutura e serviços próprios da cidade, e que a ausência desses atributos é remetida ao espaço rural. Entretanto, a questão vai além de ser uma divisão administrativa, envolvendo interesses político-tributários e econômicos-imobiliários, que galgam pela expansão da área “urbana” e esquecem dos sujeitos que vivem em áreas limítrofes e por vezes, “mudam” de espaços sem mudar suas vivências.

Alguns exemplos dessa distorção ocorrem com as sedes distritais, consideradas urbanas e muitas apresentam na sua estrutura e processo, expressões da ruralidade que vão além da paisagem. O distanciamento entre distritos e sedes, provoca certos “isolamentos” na oferta e consumo de serviços, como também nas relações interpessoais pela população dos distritos, essa fraca interação espacial, mantém um ritmo de vida e de produção do espaço distante do que se considera urbano. Alguns trabalhos analisados em Alves e Vale (2016) discutem essas faces do rural brasileiro, que está repleto de municípios pequenos com dinâmicas socioespaciais atreladas a agricultura familiar e os processos inerentes ao espaço rural e sua reprodução na cidade.

Wanderley (2000, 2001, 2004) defende que os municípios com menos de 20 mil habitantes em seu núcleo urbano, sejam considerados rurais. A autora parte de alguns exemplos do estado de Pernambuco, e demonstra que a dependência da cidade pelo campo é grande, tanto

na questão econômica – mão-de-obra, quanto nas questões simbólico-identitárias, que está presente no cotidiano da sociedade local.

Outra análise quanto a questão política é realizada pela dispersão populacional de um município, Abramovay (2000) entende que a ruralidade está marcada por espaços não densamente povoados, com núcleos humanos dispersos, e esse fenômeno marca sua identidade territorial:

[...] a dispersão populacional pode representar um valor importante nas sociedades contemporâneas em dois sentidos. Por um lado, pela oposição aos transtornos e à insegurança da vida urbana e metropolitana, um dos fatores que produzem mundialmente um movimento migratório, inclusive de camadas de média e alta rendas e com boa formação educacional, para áreas não densamente povoadas. Por outro lado, nas áreas não densamente povoadas é, com frequência, menor o sentimento de solidão trazido pelo anonimato da vida metropolitana: sobretudo quando essas áreas podem representar a recuperação e o reforço de relações de proximidade familiar comunitária e de vizinhança. Que estes valores possam transformar-se em fontes de desenvolvimento e geração de renda vai depender tanto da organização dos habitantes e das instituições rurais, como, sobretudo, do tipo de relação que conseguem estabelecer com as cidades (ABRAMOVAY, 2000, p.12-13).

Essa dispersão populacional, remete ao que Corrêa (1997) afirma sobre as interações espaciais, ou seja, o cotidiano do mundo rural é feito pelos fluxos mais lentos e menos constantes, a ruralidade nesse caso aponta para espaços menos dinâmicos em termos de trocas materiais, mas com uma fixação forte de seus habitantes com o lugar, devido a menor mobilidade que desenvolve no seu cotidiano. Diferentemente de áreas metropolitanas e grandes centros urbanos que tem uma interação espacial muito dinâmica e complexa, produzindo ritmos numa escala-tempo distintos de lugares com modos de vidas atrelados a dinâmica rural.

Nesse ponto concordamos com Alves e Vale (2013) quanto tratam da ruptura pela visão do urbano para rural:

O esforço de tentar superar a questão político-administrativa do urbano e rural é uma tarefa difícil, mas que merece mais questionamentos e debates, não é um assunto encerrado e por isso, faz-se necessário rever metodologias referentes a definição da cidade, rever pontos de vista que delimitam o campo com um subproduto da cidade, ou seja, uma reprodução da cidade ou metrópole (ALVES e VALE, 2013, p.39).

Nesse contexto dialético entre campo e cidade, é importante rever suas múltiplas inter-relações. Para Abramovay (2000), sua proposta é entender o meio rural com as cidades e não seu isolamento:

A relação do meio rural com as cidades tem uma dupla natureza: por um lado, as áreas rurais são sempre polarizadas por pequenos ou médios assentamentos onde se concentram alguns serviços e infra-estrutura básica. [...] Por outro lado, é fundamental o estudo da relação entre estas regiões rurais com os centros metropolitanos de que dependem mais ou menos diretamente (ABRAMOVAY, 2000, p.14).

Nessa questão, vale destacar que os espaços rurais ou cidades pequenas com forte presença da ruralidade, estão integradas a redes de cidades, nos quais dependem em certa medida de serviços e funções das cidades médias ou grandes. A ruralidade não se extinguirá com centros urbanos modernos em seu entorno, mas a coexistência desses processos é notória na relação campo-cidade da população brasileira.

Ainda na questão populacional e da dispersão, Wanderley (2004) direciona para uma questão do rural e sua densidade demográfica, sendo a cidade o intermédio na relação com o campo, não excluindo os processos da ruralidade:

A diferenciação no interior do meio rural é também, aqui, largamente observada. Alguns bairros rurais agrupavam um muito pequeno número de casas; outros eram maiores e situados mais próximos do núcleo urbano, assumindo funções de integração entre as duas áreas (WANDERLEY, 2004, p.88).

Outro trabalho que defende a ligação da ruralidade com a densidade demográfica é a proposta de Schneider e Blume (2004), ao basear-se nos princípios da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e elaboram uma metodologia denominada Abordagem Territorial Rural. Nessa metodologia, os municípios em Nível Local que são classificados em urbanos, apresentam uma densidade demográfica superior a 80 hab/km² ou população total superior a 100 mil habitantes, ou rurais, que apresentam dados inferiores aos anteriores.

A abordagem territorial apresenta-se, portanto, como uma alternativa potencial para os estudos que buscam um enfoque normativo diferenciado para a classificação e definição do rural e do urbano. Além disso, esta metodologia pode ser útil aos planejadores e formuladores de políticas públicas, pois permite que se identifiquem mais objetivamente as similitudes entre os territórios que partilham de uma dinâmica demográfica semelhante. (SCHNEIDER; BLUME, 2004, p.133).

No trabalho de Alves (2017) ao utilizar a proposta de Schneider e Blume (2004) na análise da densidade demográfica da microrregião de Alfenas em Minas Gerais, dos doze municípios, apenas Alfenas apresentou densidade demográfica superior a 80 hab/km², os outros onze apresentaram indicadores inferiores a 80 hab/km² e podem ser considerados rurais por este ponto de vista.

Evidentemente, que uma é necessário um estudo conjunto das questões culturais e econômicas para entender a dinâmica socioespacial da região para afirmar se há a presença da ruralidade, mas a questão da dispersão populacional é um bom indicador para discutir o ritmo das interações espaciais.

Ruralidade e a dimensão econômica

Tão importante quanto a dimensão política, a dimensão econômica tem um papel importante na discussão da ruralidade, pois representa a ação cotidiana do trabalho da população. Sendo assim, a visão dicotômica do espaço rural ser agrícola e a cidade comércio e indústria, está superada.

Em áreas periféricas e limítrofes do perímetro urbano, concentram-se em cidades pequenas e médias, áreas de cultivo de alimentos e criação de animais. A agricultura urbana representa uma forma de produção de renda e de vida.

A produção de alimentos em perímetros urbanos, tem alguns aspectos positivos em termos econômicos e sociais, pois as famílias que cultivam hortas em terrenos vazios ou nos lotes residenciais, economizam com supermercado e feiras, podendo aplicar o dinheiro em outras atividades, além de produzir alimentos mais saudáveis, com menos ou nada de agrotóxicos. Em muitos casos, o excedente da produção é comercializado em feiras ou na própria residência,

contribuindo para a renda familiar. Com base nesses argumentos, Mougeot (2005) delinea a agricultura urbana e periurbana:

As definições mais usuais da agricultura urbana se baseiam nos seguintes determinantes: • tipos de atividade econômica; • localização intra-urbana ou periurbana; • tipos de áreas onde ela é praticada; • sua escala e sistema de produção; • as categorias e subcategorias de produtos (alimentícios e não alimentícios); e • a destinação dos produtos, inclusive sua comercialização (MOUGEOT, 2005, p. 3).

O mesmo autor ainda discorre mais sobre como distinguir a agricultura urbana com a agricultura rural, dizendo que:

Não é a localização, urbana, que distingue a AU da agricultura rural, e sim o fato de que ela está integrada e interage com o ecossistema urbano. Essa integração com o ecossistema urbano não é captada na maioria das definições do conceito de AU, e menos ainda é desenvolvida em termos operacionais. Ainda que a natureza das concentrações urbanas e de seus sistemas de abastecimento de alimentos tenha mudado, a necessidade da AU de interagir adequadamente com o resto da cidade, por um lado, e com a produção rural e as importações, por outro, continua sendo tão decisiva hoje como era há milhares de anos (MOUGEOT, 2005, p. 6).

A forma ideal para produção de hortas urbanas e periurbanas é aquela com uso restrito de insumos químicos, para valorizar essa atividade que está inserida no contexto urbano, e assim ser uma produção diferenciada da convencional e que promova qualidade de vida em termos ambientais e socioeconômicos. Aquino e Assis (2007) concordam com essa premissa:

Nesse sentido é que a agroecologia é considerada especialmente apropriada para o entorno urbano, posto que sistemas de produção orgânicos com foco agroecológico caracterizam-se como um instrumento interessante para viabilização da agricultura em pequena escala, em regime de administração familiar, tanto em sistemas de parcelas individuais como em explorações associativas, posto que a baixa dependência de insumos externos facilita a adoção dessa forma de produção por esse tipo de agricultor (AQUINO; ASSIS, 2007, p. 140).

Além da agricultura urbana, que se estabelece materialmente na cidade, é importante estudar a interação espacial via a mobilidade pendular da população residente na cidade para

trabalhar no campo.

O trabalho de Alves (2017) demonstra que a ruralidade está bastante presente na microrregião de Alfenas em Minas Gerais, a pesquisa considerou alguns elementos na análise, entre eles os dados sobre a População Economicamente Ativa Agrícola (PEAA), pôde-se constatar que PEAA é maior que a população rural da região, ou seja, há pessoas que moram na cidade e trabalham no campo, em alguns municípios 30% da população urbana trabalha em atividades agropecuárias. Esse pode ser um caminho metodológico para mensurar o grau de ruralidade na cidade, a partir da dimensão econômica, analisando como a força de trabalho está estruturada, e qual a dinâmica desse processo, se é uma mão-de-obra sazonal, em épocas de colheita ou se é uma prática constante na organização do espaço.

Esse diagnóstico da PEAA, mostra a relação da interação espacial da população entre campo e cidade, e a presença da PEAA ser maior que a população rural em cidades pequenas e médias, evidencia a herança das atividades agropecuárias presentes na formação do território. Cidades que não tem uma dinâmica urbana tão desenvolvida e estruturada, que carecem dos trabalhos em propriedades rurais na geração de emprego, seja em épocas de plantio ou colheita, ao em propriedades rurais nos espaços perirurbanos no fornecimento de hortifrutigranjeiros, que necessitam de uma força de trabalho mais intensa.

Outra relação na dimensão econômica da ruralidade, está na estruturação do comércio, prestação de serviços e indústrias ligadas as atividades agropecuárias, as cidades pequenas e médias ainda reproduzem no espaço urbano as práticas e vivências da ruralidade. Algumas cidades estão organizadas de forma a garantir a manutenção das atividades agropecuárias, seja na prestação de serviços variados e qualificados, bem como comércios especializados e diversificados para agricultura, além de ter lugares de processamentos e manufatura dos produtos agropecuários. Ou seja, há cidades com uma dependência econômica das atividades rurais, na geração de emprego e renda na cidade, e na contrapartida da manutenção do agricultor no meio rural.

Quanto à questão metodológica, o uso de fontes secundárias para análise e interpretação de dimensão econômica, com o emprego de periodizações e análises temporais para entender o comportamento da atividade agropecuária (trabalho assalariado, renda e PEAA) em um

município, pode ser a chave para revelar a importância da ruralidade na constituição socioespacial. A ruralidade na dimensão econômica, exprime não só a materialidade desse fenômeno, mas está no centro do indivíduo, no que diz respeito a sua vivência e o cotidiano. Como ele se reproduz economicamente na sociedade capitalista, e qual sua relação com as atividades agropecuárias nesse processo.

Ruralidade e a dimensão cultural

O tema da ruralidade tem sido amplamente debatido na sociologia e antropologia rural, acerca dos modos de vida e identidade rural. Na geografia rural, tem-se dilatado o número de pesquisas sobre a questão cultural, mostrando o interesse do geógrafo em discutir a espacialidade dos fenômenos culturais no campo, conforme aponta Alves (2013).

Há duas formas de interpretação predominantes da ruralidade na concepção cultural na geografia, pelo viés materialista de base dialética, ou pelo modo humanista de base fenomenológica, cabendo ao pesquisador adotar o método que contemple sua realidade e sua visão ideológica.

Numa visão dialética do processo campo-cidade, Wanderley (2004) aborda a questão da imaterialidade presente no território rural, que não se limita as definições político-administrativas do perímetro urbano:

Por um lado, um meio rural fragilizado pelo isolamento, pela precariedade com que tem acesso aos bens e serviços oferecidos pela sociedade e pelos efeitos desagregadores do êxodo rural; por outro lado e apesar da primeira face um meio rural povoado, cujos habitantes são portadores de uma cultura, que dinamiza as relações sociais locais, e de uma grande capacidade de resistência aos efeitos desagregadores aos quais estão constantemente confrontados (WANDERLEY, 2004, p.90).

Nessa conjuntura, a ruralidade é marca presente em muitas cidades pequenas e médias, a territorialidade rural é expressa de diversas formas, desde os vínculos afetivos da população com a terra, a cultura tradicional que é carregada por gerações, a coesão dos indivíduos com o lugar que denota o processo de capital social e as relações indenitárias dos sujeitos com as práticas rurais.

Lembrando Alves (2012) ao analisar o desenvolvimento da relação campo-cidade na ciência geográfica, entendemos que:

A noção de ruralidade e urbanidade ganha destaque nas pesquisas em geografia, pois não trata somente da questão espacial (do espaço absoluto), mas o espaço vivido e imaterial, considerando os valores e o modo de vida que constituem o lugar. A ideia de estudar o espaço apenas pelos fixos, funções e formas, não responde a totalidade da relação campo-cidade, deve-se atentar aos processos da sociedade (ALVES, 2012, p.16).

Portanto, para o entendimento da ruralidade não podemos focar somente nas relações sociais existentes no espaço rural, temos que observar e interpretar as práticas e interações espaciais também na cidade, pois pode refletir a manutenção de vivências do rural ou seu processo de transformação.

Nessa mesma linha de pensamento, Wanderley (2001) entende que pequenos municípios são aqueles onde a população urbana não ultrapassa os 20.000 habitantes e acrescenta cinco dimensões na trama social das cidades pequenas:

- a) O exercício das funções propriamente urbanas atribuído a toda aglomeração, sede municipal, qualquer que seja o seu tamanho.
- b) Intensidade do processo de urbanização: o fato de ser pequeno frequentemente significa ser precário do ponto de vista dos recursos disponíveis.
- c) A presença do mundo rural. Esta influência pode ser percebida, por um lado, através de diversos indicadores socioeconômicos e demográficos, dentre os quais merecem especial menção: o peso da população rural no conjunto da população municipal; a proporção das pessoas que, vivendo nas áreas urbanas, trabalham no meio rural.
- d) O modo de vida dominante, percebido tanto através de suas manifestações “concretas”, como das representações que dele faz a população local.
- e) A dinâmica da sociabilidade local: O espaço social assim construído se complementa, por um lado, com a referência às diferenciações sociais, os conflitos e as redes de alianças e associações, gerados especialmente pelas formas de uso e controle da propriedade da terra e do capital e pela estrutura do poder local; por outro lado, pela percepção deste espaço, tal qual reiterado pela memória coletiva, dos indivíduos, famílias e grupos sociais e que também funciona como elemento constitutivo de uma identidade local. (WANDERLEY, 2001, p.8)

Dentro desse contexto, as cidades pequenas não são caracterizadas apenas por ter menos

de 20.000 habitantes em sua área urbana, mas por apresentar uma dinâmica sociocultural, política e econômica peculiar e que une seu tecido social ao espaço vivido.

É importante destacar que ao tratarmos da ruralidade, não estamos mantendo o conceito a suas práticas tradicionais e do passado, mas como essas práticas vão se alterando com o progresso da sociedade, ou seja, não sua exclusão ou reclusão, mas sua manutenção com o advento de novos processos no campo e na cidade, corroborando com isso Carneiro (1998, p.55) salienta:

[...] não congelarmos o conceito de “camponês” no modelo medieval, como uma categoria social estática e universal, incapaz de absorver e de acompanhar a dinâmica da sociedade em que se insere e de se adaptar às novas estruturas sem, contudo, abrir mão de valores, visão de mundo e formas de organização social definidas em contextos sócio-históricos específicos (CARNEIRO, 1998, p.55).

A dimensão cultural da ruralidade ainda é destacada por Carneiro (1998, p.61):

[...] a ruralidade como um processo dinâmico de constante reestruturação dos elementos da cultura local com base na incorporação de novos valores, hábitos e técnicas. Tal processo implica um movimento em dupla direção no qual identificamos, de um lado, a reapropriação de elementos da cultura local a partir de uma releitura possibilitada pela emergência de novos códigos e, no sentido inverso, a apropriação pela cultura urbana de bens culturais e naturais do mundo rural, produzindo uma situação que não se traduz necessariamente pela destruição da cultura local mas que, ao contrário, pode vir a contribuir para alimentar a sociabilidade e reforçar os vínculos com a localidade.

Enquanto regiões são mais urbanas do que rurais, há em vários estados e no interior do Brasil verdadeiras “cidades rurais”, ou seja, as funções econômicas urbanas são dependentes da dinâmica rural, fora a cultura rural que predomina no espaço urbano.

Ainda na questão conceitual da cultura na geografia, Almeida (2011, p.248) agrega o território nessa análise das identidades culturais:

Os bens culturais constituem um componente atual do território e da paisagem e trazem, em seu bojo, razões de ordem espiritual, moral, motivos práticos das quais compartilham uma sociedade ou parte dela. [...] Uma identidade cultural possui componentes que formam um todo integrado, inter-relacionado e único

como uma língua, a história, o território, os símbolos, as leis, os valores e crenças e os elementos tangíveis, incluindo a tecnologia.

No espaço rural a cultura está impregnada na identidade, patrimônio, memória e em suas manifestações no campo, expressas pela ruralidade. Entre essas manifestações estão às festas, conforme Almeida (2011, p.255):

As festas rurais, pelos seus aspectos interativos e populares, são sempre um importante instrumento de consolidação das identidades coletivas. Realizando a festa, considerada tradicional, os “antigos” procuram manter a tradição e, para os “jovens”, é uma excelente ocasião de fazer novos conhecimentos e efetuarem a integração às tradições religiosas.

A ruralidade está expressa material e imaterialmente na paisagem, lembrando Eric Dardel (1990) quando afirma que “a paisagem não se refere à essência, ao que é visto, mas, representa a inserção do homem no mundo, a manifestação de seu ser para com os outros, base de seu ser social”, isso quer dizer, que os traços do mundo rural podem ser apreendidos na construção material, que ao longo do tempo foi deixando suas vivências no espaço. A materialidade expressa nas construções, objetos, estruturas e formas denotam o processo ali instaurado pelos atores do espaço.

Para entendermos a espacialidade da ruralidade, a paisagem pode ser um conceito importante para interpretação de como o fenômeno foi e está transformando o lugar, concordando com Claval (2007, p.15) que afirma:

As paisagens constituem um objeto de estudo fascinante para aqueles que se interessam pela geografia cultural, mas a sua interpretação nunca é fácil: falam dos homens que as modelam e que as habitam atualmente, e daqueles que lhes precederam; informam sobre as necessidades e os sonhos de hoje, e sobre aqueles de um passado muitas vezes difícil de datar.

E em muitas cidades e regiões, a dinâmica rural se faz presente nas paisagens e nos lugares, no sul de Minas Gerais a tradição associada a cafeicultura é marca importante na paisagem e na identidade regional:

A ruralidade está presente no contexto socioespacial sul mineiro, tanto nos aspectos materiais como imateriais, fazendo parte da produção e organização do espaço. Esse processo é fortalecido pelas cidades pequenas que representam historicamente o desenvolvimento agrícola da região, sendo arraigadas na cafeicultura passando essa tradição de geração para geração. (ALVES, 2017, p.125)

Mesmo na cidade, há inúmeras formas e estruturas da ruralidade que permanecem presentes na paisagem e estão no cotidiano da sociedade. Essas paisagens marcam os elementos simbólicos da ruralidade que são produtos das condições sociais ao longo do tempo.

Ruralidade e a dimensão ambiental

A concepção de ruralidade e sua associação com a preservação e conservação da natureza é oriunda da visão dicotômica entre o campo-natural e cidade-artificial. Apesar disso, a manutenção e equilíbrio dos ecossistemas naturais se deve e muito a presença da agricultura familiar e de políticas públicas para o meio ambiente.

O conceito de paisagem, é um caminho conceitual para entender a ruralidade, seja para compreender as questões materiais associadas a sua consituição sociocultural e natural, seja no aspecto imaterial, de sua subetievidade, valores e simbolismo.

Corrêa (1995, p.4) vai dizer que a paisagem cultural é “um conjunto de formas materiais dispostas e articuladas entre si no espaço como campos, as cercas vivas, os caminhos, a casa, a igreja, entre outras, com seus estilos e cores, resultante da ação transformadora do homem sobre a natureza”. Essa paisagem transformada pelos atores que vivem no campo é um produto da ruralidade, que está em constante mutação, se articulando com a cidade, tecnologias e tornando o campo multifuncional. Entretanto, os aspectos ambientais, da natureza do meio físico e do seu manejo são associados a ruralidade, pois a conservação e o uso racional dão ao espaço rural sua singularidade enquanto paisagem natural e cultural.

É importante salientar que a agricultura familiar tem uma noção de ruralidade diferente do agronegócio e das grandes propriedades monocultoras, altamente exploratório no sentido ambiental. A questão da segurança alimentar e agroecologia passa, invariavelmente, pela manutenção da agricultura familiar.

Dessa forma, a ruralidade enquanto dimensão ambiental, precisa da diversidade produtiva

e sociocultural, conforme aponta Galeano (2019, p.7) quando diz “a monocultura é uma prisão. A diversidade, ao contrário, liberta”. Essas práticas estão centradas na produção orgânica ou agroecológica para diminuir os impactos ambientais, bem como manter a agricultura familiar presente no campo.

Considerações Finais

A ruralidade é um tema em destaque para os estudos em geografia rural nesse andamento do século XXI, frente aos dados oficiais que muitas vezes mascaram a realidade pelos interesses políticos-tributários de prefeituras municipais, frente a teorias e estudos que reforçam a metropolização do espaço e da pretensa homogeneização cultural da era globalizada, se faz necessário discutirmos os contextos regionais e a presença da ruralidade.

Negar a crescente urbanização e influência das redes globais na sociedade atual, também não é a saída para o debate, entretanto, excluir os processos oriundos da ruralidade é menos eficiente ainda.

Entendemos que a diferenciação espacial existente reforça um sentido contraditório na produção do espaço, lugares com ritmos e interações espaciais diferentes, processos de formação do território intrínsecos, que faz pensarmos em municípios menos ou mais dependentes das atividades agropecuárias.

Portanto, a ruralidade tem suas nuances distintas, que está expressada materialmente e imaterialmente nos lugares e paisagens, bem como no cotidiano da sociedade. E essa intensidade e processo de formação na cidade e no campo, é o desafio para a geografia rural atual.

Somente com o fortalecimento da agricultura familiar no campo brasileiro, pode-se considerar a manutenção da ruralidade frente a monopolização dos territórios da agricultura pelo agronegócio, bem como a expansão das médias e grandes propriedades rurais.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento**

contemporâneo. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para Discussão, n. 702)

ALMEIDA, Maria Geralda de. O patrimônio festivo e a reinvenção da ruralidade e territórios emergentes de turismo no espaço rural. p.243-263. In: SOUZA, Marcelino; ELESBÃO, Ivo. (Orgs.) **Turismo Rural: iniciativas e inovações.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2011.

ALVES, Flamarion Dutra. A relação campo-cidade na geografia brasileira: Apontamentos teóricos a partir de periódicos científicos. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 16, n. 3, p.7-18, 2012.

ALVES, Flamarion Dutra. A questão cultural na geografia agrária. In: **Anais... VI SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA; VII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA; JORNADA DE GEOGRAFIA DAS ÁGUAS.** João Pessoa: UFPB, 2013. p.1-13.

ALVES, Flamarion Dutra. Cidades pequenas no sul de Minas Gerais: ruralidades presentes no território. In: FERREIRA, M.M; VALE, A.R. (Org.). **Dinâmicas geográficas no sul de Minas Gerais.** Curitiba: Appris, 2017.

ALVES, Flamarion Dutra. Temas e pressupostos metodológicos da ruralidade em geografia rural. In: MARAFON, G.J.; CHELOTTI, M.C; PESSÔA, V.L.S. (Org.). **Temas em Geografia Rural.** Rio de Janeiro: Eduerj, 2019, v. 1, p. 185-203.

ALVES, Flamarion Dutra; VALE, Ana Rute do. A relação campo-cidade e suas leituras no espaço. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, 2013. p. 33-41.

ALVES, Flamarion Dutra; VALE, Ana Rute do (Orgs.). **Faces da agricultura familiar na diversidade do rural brasileiro.** Curitiba: Appris, 2016.

AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. de. Agricultura Orgânica em Áreas Urbanas e Periurbanas com Base na Agroecologia. **Ambiente & Sociedade**. Campinas v. x, n. 1, p. 137 – 150, 2007.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 53-75, out. 1998.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural.** 3.ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. A dimensão cultural do espaço: alguns temas. **Espaço e Cultura**. Rio de Janeiro, ano 1, n.1, 1995. p.1-22.

CORRÊA, Roberto Lobato. Interações Espaciais. In. CASTRO, I. E.. GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Explorações Geográficas.** 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 279-318.

DARDEL, Eric. **L’homme et la terre** – nature de la réalité géographique. Paris: CTHS, 1990.

DEFFONTAINES, Pierre. Como se constituiu no Brasil a rede de cidades I. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro. v.2, n.14, 1944a. p.141-148.

DEFFONTAINES, Pierre. Como se constituiu no Brasil a rede de cidades II. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro. v.2, n.15, 1944b. p.299-308.

GOMÉZ E, Sergio. Nueva ruralidade? Um aporte al debate. **Estudos Sociedade e Agricultura**,

Rio de Janeiro, n. 17, outubro 2001, 5-32.

IBGE – **Estimativas da População**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=o-que-e> Acesso em: 30/05/2018.

KAGEYAMA, Angela A. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: EDUFRGS, 2008.

KAYSER, Bernard. **La renaissance rurale**. Sociologie des campagnes du monde occidental. Paris, Armand Colin, 1990.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002. [c1970].

MOREIRA, Ruy. Sociedade e espaço no Brasil (as fases da formação espacial brasileira: hegemonia e conflitos). **Boletim Paulista de Geografia**. n.83, 2005. p.7-31.

MOUGEOT, L. J.A. Agricultura Urbana – conceito e definição. **Revista de Agricultura Urbana**, Ottawa, Canadá, v. 1, n. 1, p. 1 – 8, 2005.

SCHNEIDER, Sérgio e BLUME, Roni. Ensaio para uma abordagem territorial da ruralidade: em busca de uma metodologia. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.107, p.109-135, jul./dez. 2004.

VEIGA, José Eli da. A dimensão rural do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, 2004a, p. 71-94.

VEIGA, José Eli da. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estudos Avançados**, v.18 n.51 São Paulo, 2004b. p. 51-67.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, n.15, p.87-145, out.2000.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. **Urbanização e ruralidade**: relações entre a pequena cidade e o mundo rural e estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco. Brasília, NEAD/MAD, 2001.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Olhares sobre o “rural” brasileiro. **Raízes**. Campina Grande, v.23, n.1-2, p.82-98, 2004.



UFPE

UFPE

[HTTPS://PERIODICOS.UFPE.BR/REVISTAS/RURALURBANO/INDEX](https://periodicos.ufpe.br/revistas/ruralurbano/index)